

Do Curral Del Rey à Belo Horizonte: resgate imagético da experiência negra na cidade

Daniel Henrique de Menezes Dias (NPGAU/UFMG -
danielmenezes.arq@gmail.com)

Resumo: O presente artigo foi produzido no contexto de escrita da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais. A proposta do artigo é discutir a experiência negra no Curral Del Rey, assentamento que existia no território e que foi destruído, para que posteriormente fosse construída a cidade de Belo Horizonte. Na concretização do ideal de construção de uma nova capital, diversas práticas territoriais já consolidadas no território do Curral Del Rey deixaram de existir ou foram transferidas para outros territórios, assim como, a sua população majoritariamente negra que foi obrigada a migrar. Nesse sentido, essas práticas afrodiaspóricas, desenvolvidas por esses corpos negros, foram invisibilizadas, quando não apagadas. Como método de análise dos arquivos fotográficos institucionais e relatos acerca do Curral Del Rey e Belo Horizonte, o artigo pretende propor um processo similar ao experimentado no ensaio *Vênus em Dois Atos*, no qual a pesquisadora Saidiya Hartman propõe o processo metodológico por ela intitulado de *Fabulação Crítica*, no contexto do presente artigo apropriado e reproduzido no processo de análise de fotografias de arquivos institucionais e relatos de Abílio Barreto, tentando extrapolar e “imaginar o que não PODE ser verificado” (Hartman, 2020:29) no e pelo arquivo, propondo a retirada da venda que invisibiliza essas experiências negras (e afrodiaspóricas) anteriormente presentes no Curral Del Rey e que foram invisibilizadas por processos diversos e contínuos de violência, desde do processo de desapropriação da população do Curral Del Rey à maneira como os arquivos institucionais salvaguardaram e registraram tais processos.

Palavra-chave: Curral Del Rey; Belo Horizonte; imagem; quilombo; fabulação crítica.

From Curral Del Rey to Belo Horizonte: image rescue of the black experience in the city

Abstract: This article was produced in the context of writing the master's thesis developed in the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism (NPGAU) at the Universidade Federal de Minas Gerais. The purpose of the article is to discuss the black experience in Curral Del Rey, a settlement that existed in the territory and was destroyed, so that the city of Belo Horizonte could later be built. In realizing the ideal of building a new capital, several territorial practices already consolidated in the territory of Curral Del Rey ceased to exist or were transferred to other territories, as well as its majority black population, which was forced to migrate. In this sense, these Afrodiasporic practices, developed by these black bodies, were made invisible, if not erased. As a method of analyzing institutional photographic archives and reports about Curral Del Rey and Belo Horizonte, the article intends to propose a process similar to that experienced in the essay *Venus In Two Acts*, in which researcher Saidiya Hartman proposes the methodological process she calls *Fabulation Criticism*, in the context of this article, appropriated and reproduced in the process of analyzing photographs from institutional archives and reports by Abílio Barreto, trying to extrapolate and "imagine what cannot be verified" (Hartman, 2020:29) in and through the archive, proposing the removal of the blindfold that makes these black (and afro-diasporic) experiences previously present in Curral Del Rey invisible and which have been made invisible through diverse and continuous processes of violence, from the process of dispossession of the population of Curral Del Rey to the way institutional archives safeguarded and recorded such processes.

Keyword: Curral Del Rey; Belo Horizonte; image; quilombo; critical fabulation.



Introdução

Apesar do processo de destruição do Curral Del Rey para que a cidade de Belo Horizonte pudesse ser construída, diversas experiências negras presentes no próprio Curral Del Rey ou em período próximo permanecem ainda hoje na cidade de Belo Horizonte, como é a experiência de algumas comunidades quilombolas atualmente certificadas e identificadas pela Fundação Cultural Palmares, a citar como exemplo o Kilombo Família Souza, Comunidade Quilombola de Mangueiras, Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, Quilombo dos Luízes, Quilombo Carolinos e Quilombo Família Mattias, que atualmente aguarda parecer técnico de certificação da Fundação Cultural Palmares. Tais trajetórias podem ser resgatadas a partir de um exercício de recuperação da imagem que se dá a partir dos arquivos documentais oficiais.

Nesse exercício de reflexão sobre a presença negra em um espaço-temporal de substituição de uma experiência de cidade, o Curral Del Rey, por um outro desejo de cidade supostamente progressista, Belo Horizonte, foram utilizadas como fontes bibliográficas instituições que saem de um pretense regime documental colonial, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o Arquivo Público Mineiro e os relatos de Abílio Barreto, para aquelas fontes documentais organizadas por pesquisadores e ativistas que rompem o limite dos arquivos supostamente inexistentes, porque inacessíveis ou por não informaram à primeira vista o que buscamos sobre a experiência negra na cidade de Belo Horizonte ou no Curral Del Rey, a partir de um exercício de especulação, como é o caso dos trabalhos desenvolvidos pela historiadora e doutora em história Josemeire Pereira, a doutora em arquitetura e urbanismo Priscila Musa e o Padre Mauro, referências que serão apresentados em momento oportuno.

Em seu ensaio intitulado de *Vênus em Dois Atos*, a professora e pesquisadora negra estadunidense Saidiya Hartman, propõe o processo metodológico por ela intitulado de *Fabulação Crítica* e no contexto do presente artigo apropriado e reproduzido no processo de análise de fotografias de arquivos institucionais e relatos de Abílio Barreto.

Como dito anteriormente, Saidiya Hartman possui sua pesquisa fundamentada nos estudos da experiência afro-estadunidense, discutindo experiências de escravização e a continuidade dessas experiências de violências produzidas nos arquivos oficiais, que negligenciam diversas narrativas. No ensaio *Vênus em Dois Atos* Hartman reflete a partir dos arquivos da escravidão e seus limites desde a narrativa do assassinato de duas jovens negras,



enquanto fonte de recriação especulativa e fabulativa das experiências de ex-cativos e cativas. A todo momento a autora se indaga sobre como escrever sobre histórias impossíveis, como exceder os limites próprios da constituição do arquivo, em “uma narrativa do que talvez tivesse sido ou poderia ter sido” (Hartman, 2020: 30), em “uma História escrita com e contra o arquivo” (Ibidem: 30). Neste sentido, Hartman (Ibidem: 28) assume que:

A intenção não é tão miraculosa como recuperar as vidas das pessoas escravizadas ou redimir os mortos, mas em vez disso trabalhar para pintar o quadro mais completo possível das vidas de cativos e cativas. Esse gesto duplo pode ser descrito como um esforço contra os limites do arquivo para escrever uma História cultural do cativo e, ao mesmo tempo, uma encenação da impossibilidade de representar as vidas dos cativos e cativas precisamente por meio do processo de narração.

O método que guia a prática de narração proposta por Hartman possui como mote a “contenção narrativa, a recusa em preencher lacunas e dar fechamento”, conforme artigo de Hartman, cuja “intenção dessa prática não é dar voz ao escravo, mas antes imaginar o que não pode ser verificado” (Hartman, 2020:29) no e pelo arquivo.

Para ajudar a elucidar o processo da Fabulação Crítica, tomemos como exemplo a trajetória oficialmente documentada em cartórios de registro do Kilombo Família Souza, quarta comunidade remanescente de quilombo presente na cidade de Belo Horizonte a ser certificada pela Fundação Cultural Palmares, o que ocorreu no ano de 2019. O Kilombo Souza foi fundado por Petronillo e Elisa de Souza, vindos da cidade de São José d’Além Parahyba em meados da década de 1910 após o patriarca e a matriarca comprarem dois lotes na Zona Suburbana, região na qual se localiza o bairro de Santa Tereza em Belo Horizonte, no qual se encontra o território da família Souza. Ou seja, o quilombo da família Souza foi fundado em período próximo ao da fundação da própria cidade de Belo Horizonte, como veremos a seguir. No processo de elaboração dos estudos para dossiê de registro do Kilombo Família Souza enquanto Patrimônio Cultural e Imaterial da cidade de Belo Horizonte, registro logrado e aprovado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte - CDPCM/BH de forma unânime no ano de 2020, a equipe técnica responsável pelo desenvolvimento dos estudos teve contato com vários documentos oficiais: registros fotográficos, certidões de batismo, certidões de casamento, certidões de óbito, registro de compra e venda do lote, um arsenal documental organizado a partir de um regime colonial de poder, o que do ponto de vista da Fabulação Crítica é o que se busca ultrapassar e tensionar.



A trajetória oficialmente documentada ou presente nos arquivos sobre a trajetória do Kilombo Família Souza nos informa “pouco mais do que um registro do seu encontro com o poder” (Foucault apud Hartman, 2003:14), descritos, por exemplo, na certidão de batismo de Petronillo de Souza, no qual não há registro completo de sua paternidade e no qual sua mãe é descrita como “Joanna, escrava de Joaquim Luiz de Souza Breves” ou os registros de compra e venda que explicitam que a família Souza pagou quase o triplo do valor negociado à época pelo terreno que hoje parcialmente ocupam.

Esses documentos e arquivos nos fornecem “um esboço insuficiente de sua existência” (Ibidem), e neste sentido, a Fabulação Crítica enquanto um exercício metodológico de análise dos arquivos institucionais (relatos textuais, registros fotográficos, cartografias) pode auxiliar na construção do que é, poderia vir a ser e será essas trajetórias negras, e por consequência afrodiaspóricas, em construção e seus desdobramentos no tempo presente. Ressalta-se que no contexto do presente artigo, entende-se por experiência afrodiaspórica aquelas desenvolvidas por sujeitos africanos e seus descendentes em contexto de diáspora nas américas.

Do Curral Del Rey à Belo Horizonte

O território atualmente conhecido como Belo Horizonte, inicialmente era um distrito que foi criado e nomeado sob a alcunha de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey, “por Ordem Régia de 1750 e, em 1890, renomeado como Belo Horizonte” (Iphan, 2023). Já em 1893 foi elevado à categoria de município e Capital de Minas Gerais, com a denominação de Cidade de Minas, para então, em 1901 ser denominada de Belo Horizonte (Iphan, 2023).

No fim do século XIX, a capital do Estado de Minas Gerais foi transferida da cidade de Ouro Preto para Belo Horizonte. A transferência da capital foi motivada por questões políticas e econômicas, buscando explicitar o fim do monarquismo expresso pela antiga capital e pela localização, que seria capaz de promover um equilíbrio entre as novas regiões produtoras do Estado (Iglésias et al, 1990). Além de evidenciar o caráter republicano e positivista recém implantado no Brasil e experimentado no plano urbanístico da cidade de Belo Horizonte desenvolvido pelo engenheiro paraense Aarão Reis, em muito inspirado nas “experiências estrangeiras como as quais informavam a construção de cidades como La Plata, Washington e a remodelação de antigas cidades a partir das concepções *haussmannianas* que orientaram a reforma da cidade de Paris” (Pereira, 2019a: 17-18).



Inspirado nos ideais políticos republicanos e alinhado aos ideais de modernização, a Cidade de Minas, que posteriormente recebeu o nome de Belo Horizonte, foi um laboratório de experimentação de novas possibilidades de urbanidade (Veiga, 1994), que resultou em um perímetro urbano circundado pela então Avenida 17 de Dezembro, atualmente Avenida do Contorno, que circunda o Hipercentro da cidade de Belo Horizonte. O plano urbano foi inicialmente organizado em três perímetros: a zona urbana, a zona suburbana e a zona rural, cada qual com definições de uso e ocupação pré-definidas. Ou seja, um plano urbanístico, cumprindo sua função natural de ordenação e gestão direcionada do território, o que posteriormente se mostrou evidente, no processo deliberado e orientado de expulsão da então população presente no Curral Del Rey, composta majoritariamente de pessoas negras. O relato do Padre Francisco Dias, deixa evidente a tristeza e as “lágrimas nos olhos” daqueles pobres agora obrigados a migrar “para outras paragens mais recônditas e solitárias de seu querido Curral D’El-Rei” (Dias, 1997 [1897]: 82). Poderíamos refletir sobre quem seriam esses pobres? É sabido que a população originalmente presente no Curral Del Rey, conforme veremos a seguir, estava composta majoritariamente de pessoas negras, ou seja, um território no qual diversas experiências negras e por consequência afrodiaspóricas estavam sendo desenvolvidas. O descontentamento da população do Curral Del Rey, se mostra evidente:

Movemo-nos à compaixão por vermos as dificuldades com que lutavam os pobres, para de novo se estabelecerem, por vermo-los, muitas vezes, com as lágrimas nos olhos, se queixarem da sorte, pelas peripécias e amarguras porque iam tão bruscamente passando. Era uma cena triste e comovedora essa da emigração da maioria dos habitantes para outras paragens mais recônditas e solitárias de seu querido Curral D’El-Rei! (...)

Há quem acuse o dr. Aarão Reis de violento, injusto e cruel para com o povo, nas desapropriações. (...) Mais de uma vez ouvimo-lo dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Bello Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando (Dias, 1997 [1897]: 83)

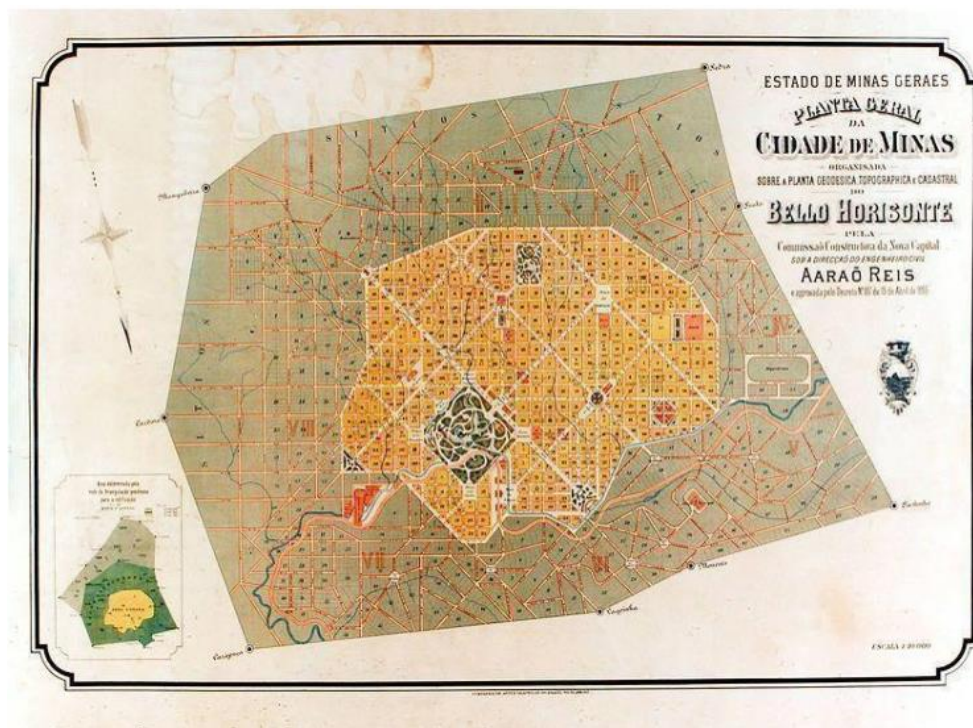
O relato do Padre Francisco Dias deixa evidente o desejo que a população do então Curral Del Rey não estivesse presente na nova capital de Minas Gerais, sendo forçados a migrar para as bordas da futura cidade, o que no desejo de Aarão Reis, significava a migração para uma periferia que estivesse para além dos limites suburbanos da nova capital, o que no final se demonstrou não concretizado, já que ainda hoje é possível perceber a presença negra na cidade de Belo Horizonte, inclusive com algumas experiências que se iniciaram em um período anterior ao da fundação da capital mineira, podendo citar como exemplo comunidades



quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, dentre outras experiências, que se apresentam enquanto um *continuum* dessas experiências em contexto de diáspora.

A zona urbana, trecho representado na Planta Geral da Cidade de Minas (Cartografia 01) pela cor amarela, correspondeu a princípio ao perímetro principal de ocupação da cidade de Belo Horizonte, onde se encontravam presentes os principais equipamentos e infraestrutura da cidade e demais prédios administrativos, instituições públicas e foi também o perímetro urbano aquele destinado para moradia dos funcionários públicos da nova capital e seus familiares, além de antigos moradores da cidade de Ouro Preto que migraram para a nova capital.

Cartografia 01 - Planta Geral da Cidade de Minas aprovada em 1895 pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), 1895



Planta Geral da Cidade de Minas (Belo Horizonte) elaborada pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) sob a coordenação do engenheiro Aarão Reis, na qual é possível observar a organização em zonas (urbana, suburbana e rural) da nova capital do Estado de Minas Gerais. Fonte: Arquivo Público Mineiro; CCNC (1895)

Já a zona suburbana, correspondeu ao perímetro imediatamente exterior à atual Avenida do Contorno, representado na cartografia acima no trecho em verde, onde a conformação do uso e ocupação do solo previu loteamento de glebas maiores que poderiam servir como suporte



para futuras expansões urbanas, enquanto a zona rural, tinha como vocação a produção de gêneros agrícolas e alimentares que seriam utilizados para o abastecimento de Belo Horizonte.

As primeiras tentativas de transferência da capital do Estado de Minas Gerais de Ouro Preto para outro território datam de 1789, “quando os inconfidentes planejaram instalar a capital de sua república em São João D’El Rei” (Iphan, 2023). Após essa primeira tentativa, houve outras sem sucesso e somente com a Proclamação da República, a possibilidade de realização da mudança da Capital, não mais para uma sede administrativa já existente, mas uma nova cidade construída, tornou-se uma possibilidade real (Iphan, 2023).

O então Presidente do Estado de Minas Gerais, Augusto de Lima, determinou em 1891 via decreto a transferência da capital para um outro território com condições higiênicas precisas, conforme apresentado na Constituinte Mineira do mesmo ano (Iphan, 2023). A mudança da Capital do Estado não foi bem recebida e gerou uma onda de protestos da população de Ouro Preto e de outros territórios que acabaram se dividindo em dois movimentos, aqueles favoráveis a mudança da Capital, os “mudancistas”, e aqueles não favoráveis à mudança da nova capital, os “não mudancistas” (Iphan, 2023).

Em meio a disputas, o Governo Estadual de Minas Gerais, “criou uma Comissão de Estudos para indicar, dentre cinco localidades, a mais adequada para a construção da nova cidade e Belo Horizonte venceu” (Iphan, 2023). Com isso a Comissão Construtora da Nova Capital foi fundada e a equipe técnica definida sob a orientação do engenheiro paraense Aarão Reis.

Como dito anteriormente, na Constituinte Mineira de 1891, nas Disposições Transitórias Estabelecidas, foi elaborado o decreto autorizando a mudança da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para um território que oferecesse condições higiênicas adequadas para a construção de uma grande cidade, conforme descrito no Art. 13: “É decretado a mudança da Capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições *hygienicas*, se preste à construção de uma grande cidade” (Minas Gerais, 1891). O território escolhido acabou por ser aquele ocupado pelo então Curral Del Rey, que foi desapropriado para que a cidade de Belo Horizonte pudesse ser construída.

O art. 13 da Constituinte Mineira de 1891 expressa que a mudança da Capital do Estado foi motivada pela busca de um território com condições higiênicas específicas e capazes de suportar a construção de uma grande cidade, o que não define exatamente que território deveria ser esse, inclusive abrindo margem para a ocupação de um território livre de um assentamento



humano pré-existente, o que não foi o caso, já que a escolha foi o do território ocupado pelo Curral Del Rey, que já possuía dinâmica social própria organizada em um povoado que surge em meados do século XVIII e que contava com uma população majoritariamente negra e de etnias africanas diversas, como a ‘população de Cabindas, Congos, Benguelas, Minas, Monjolo, também de “pretos e ‘pardos” (Pereira, 2019b: 3) livres.

Visões imagéticas do Curral Del Rey

Os relatos de Abílio Barreto acerca do Curral Del Rey dão alguns indícios do que possivelmente a Constituinte Mineira de 1891 entendia enquanto condições higiênicas específicas. Ao se deparar com o Curral Del Rey, Abílio Barreto relata sua percepção de que havia se deparado com terras férteis e rios exuberantes.

Assentado graciosamente sobre belo planalto, defendido contra os ventos agrestes e frígidos do sul e contra os ventos quentes do norte pelos contrafortes da serra do Curral e de outras que o cercavam, em meio de ricas pastagens, férteis terras de lavoura, verdejantes e umbrosos pomares, recortado de arroios e riachos espertos de águas magníficas, com os seus bicames, ao impulso das quais trabalhavam os moinhos, os monjolos e outros aparelhos rústicos, era um encanto o arraial, formado de pequenas casas baixas, quase todas alvadias, com seus terrenos divididos por muros de taipa ou adobes ou por cercas de madeira (Barreto, 1996: 241).

A descrição de Abílio Barreto sobre o Curral Del Rey informa a presença de um assentamento próspero, com terras férteis, criação de animais e de gêneros agrícolas, cursos d’água exuberantes e essenciais para a manutenção da vida, ademais da presença de casas em taipa ou adobe, o que parecia ser a principal tecnologia construtiva adotada por parte dos moradores do antigo Curral Del Rey. Chama atenção a percepção de Abílio Barreto em relação a presença de aparelhos rústicos, como os moinhos e o monjolo, uma máquina hidráulica utilizada para moer grãos. Embora os relatos que informem sobre a origem da criação do monjolo sejam diversos, não podemos deixar escapar a coincidência em relação ao nome da máquina: monjolo, o mesmo nome de uma das etnias africanas em contexto de diáspora e presente no Curral Del Rey, como veremos a seguir. Seria o Monjolo-máquina uma criação do Monjolo-povo?



Fotografia 01 - Cafua que existiu na Rua Santana, local que hoje ficaria nas proximidades dos fundos das Secretarias do Interior e da Viação e Obras Públicas.



É possível observar uma Cafua que existiu no antigo Arraial do Curral Del Rey e que foi demolida para que a Secretária do Interior e da Viação e Obras Públicas pudesse ser construída. Ademais, é possível observar a presença de árvores e o método construtivo utilizado por seus moradores: tecnologia similar a taipa de pilão ou pau-a-pique, com telhado recoberto por sapé. Fonte: Barreto (1996: 238).

Fotografia 02 - Casebre da extinta Rua de Congonhas, em local hoje situado entre a Praça 12 de outubro e o Ginásio Arnaldo.



Casebre que existiu nas proximidades da Praça 12 de Outubro, na qual é possível perceber a presença de vultuosas bananeiras e uma edificação construída em madeira e telhado de sapé. Fonte: Barreto (1996: 121).



E indo além em seu relato, Barreto (1996), identifica a maneira como a população do Curral Del Rey ocupava o exuberante planalto.

Espalhavam-se as suas casinhas por entre aquela deliciosa alcatifa de verdura, em terra roxa, cafeeira, e vinham descendo, desde as encostas ondulantes, e se esparramavam pelo planalto, descendo mais pelo declive suave, tranquilas e salientes, numa paz edênica, convidando o espírito ao repouso, e a alma à felicidade (Ibidem: 243)

Abílio Barreto percebia abundância e prosperidade não somente na paisagem do Curral Del Rey, mas também no quintal de seus moradores:

alguns [quintais] enormes, murados de taipa ou adobes, ou cercados de madeira tosca, dominavam as laranjeiras, os cafeeiros, as mangueiras, os marmeleiros, as jabuticabeiras, entre outras mil espécies, maltratadas e atufadas, frutificando, quase por milagre do solo, frutos magníficos (Ibidem: 244)

E ao se referir ao que acreditava se tratar da origem do belo horizonte que deu nome à nova capital, Abílio Barreto à descreveu da seguintes maneira:

Assim visto de longe, sob a cúpula majestosa de um céu pleno azul, tranquilo e puro, emoldurado pela coloração caprichosa das serranias ondulantes, como vagalhões do mar, tinha surpreendente encanto, sobretudo nas luminosas manhãs ou à hora nostálgica do crepúsculo vespéral, quando o sol poente lhe desenhava a longínqua orla quadros lindos, de cambiantes fantásticas, esse mesmo empolgante e já célere espetáculo que lhe deu o nome encantado de Belo Horizonte, e que, em janeiro de 1894, inspirou ao grande Olavo Bilac uma linda crônica publicada na Gazeta de Notícias, quando aquele poeta, trazido pelo saudoso conselheiro João da Mata Machado, aí esteve, pondo-se a salvo dos rigores de Floriano (Ibidem: 243)

Em relação ao caráter de sua população, Abílio Barreto identificou que “o povo era ordeiro e bom. Não havia mendigos nem ladrões. Podiam-se deixar, sem receio, abertas as portas das casas, de dia ou de noite. Ninguém lhes tocava” (Ibidem: 243). Percebia-se no cotidiano do Curral Del Rey uma confiança entre seus habitantes e a ausência da presença de mendigos ou ladrões, uma contradição se compararmos o velho Curral com a futura nova cidade de Belo Horizonte, que possui sua pedra fundamental justamente no processo de exclusão da população já existente e um não desejo de integração dessa população na Nova Capital. Enquanto no Curral Del Rey não se percebia a presença de mendigos ou ladrões, a construção da cidade de Belo Horizonte produziu diversas desapropriações, e quem sabe se nesse processo

mesmo, a cidade de Belo Horizonte não tenha formado o primeiro grupo de pessoas em situação de rua do Curral Del Rey.

Conforme a imagem a seguir, *Tabela 1 - População Curral Del Rey, 1816 (Cor, Sexo e Condição)*, a População do Curral Del Rey em 1816 havia atingido o contingente populacional de 18.314 pessoas, divididas entre homens e mulheres negros e mulatos, livres ou cativos, e entre homens e mulheres brancos. Somando-se a população de homens e mulheres pretos livres ou cativos e mulatos livres ou cativos, chegamos ao percentual populacional de 82,34%, ou 15.078 pessoas, ao passo que no mesmo período a população branca, entre homens e mulheres, presentes no Curral Del Rey correspondia à porcentagem de 17,66% ou 3.236 pessoas.

Tabela 01 - Tabela População Curral Del Rey em 1816

Tabela 1 – População Curral Del Rey, 1816 (Cor, Sexo e Condição)

	Homens	Mulheres	Totais
Branca	1629	1607	3236
Preta Livre	582	762	1344
Preta cativa	3670	2064	5734
Mulata¹² Livre	3466	3838	7304
Mulata cativa	360	336	696
Totais	9707	8607	18314

Fonte: (APM) Mappa da População do Termo da Villa Real do Sabará em o anno de 1816

Tabela elaborada pela pesquisadora Josemeire Alves Pereira a partir do Mappa da População do Termo da Vila Real do Sabará no ano de 1816, no qual a autora organiza o censo racial da população do antigo Curral Del Rey em 1816. Fonte: Pereira (2019b: 4).

Segundo Josemeire Alves Pereira (2019a: 22-23) “escolhido o Curral Del Rey como localidade que abrigaria a nova cidade, procedera-se à desapropriação devidamente remunerada dos terrenos incluídos no Plano original da Nova Capital”. “Alguns dos antigos proprietários instalaram-se em regiões relativamente próximas ao futuro núcleo urbano da nova cidade. Quanto à população outrora ali escravizada ou liberta, a despeito de sua relevância sobre o total da população da região” (Ibidem), possui raros indícios ou escassos registros históricos sobre sua presença no núcleo urbano.

A presença de uma população majoritariamente negra, nos pode levar a especular se a escolha do território não foi também encabeçada deliberadamente por motivações para além da documentada em decreto que diz sobre condições “higiênicas específicas”, inclusive, uma definição vaga, pela identidade étnico-racial da população ali presente.

O caráter formativo da população majoritariamente ali presente associado ao contexto em que o decreto foi assinado, ou seja, em 1891, apenas três anos após a assinatura da Lei



Áurea, que supostamente instituiu a extinção da relação de escravização no território brasileiro, embora tampouco tenha garantido um processo de integração social e assimilação cultural dessa população escravizada na sociedade vigente. Em um período em que os ideais escravagistas ainda estavam latentes, essa população negra em contexto de diáspora, embora politicamente livre, encontrava-se ainda experimentando os resquícios de séculos de escravização a partir da reprodução de relações de trabalhos similares, sendo vistos como objeto ou mão de obra barata. Neste sentido e acompanhando a mentalidade de época, a escolha de um território a ser desapropriado e que encontrava-se ocupado por uma população majoritariamente negra faz sentido considerando-se a dificuldade ou impossibilidade de resposta à tal violência, ou ainda, a não necessidade de garantir indenização dessa população mesma ao ser desapropriada, o que ficou explicitado no artigo de Josemeire Pereira (2019a: 22-23), em que a historiadora compartilha que a despeito da relevância populacional da população negra naquela região não há indícios documentados de que tal população foi corretamente indenizada.

Com a mudança da capital, como dito anteriormente, Belo Horizonte foi pensada para abrigar o funcionalismo público e a previsão de moradia quase que se restringia a sua futura nova população, logo a população racializada presente no então território do Arraial do Curral Del Rey e a própria população mobilizada para construir a atual capital mineira não possuía lugar de moradia garantido no perímetro urbano na cidade, o que acabou por resultar nas primeiras favelas da capital e/ou nas ocupações informais nas franjas da zona urbana, como é o caso do Alta da Estação, assentamento que se localizava próximo à Praça Rui Barbosa, popularmente conhecida como Praça da Estação, além de processos migratórios diversos. Ou seja, Belo Horizonte possui como pedra fundamental a expulsão da população que originalmente ocupava o território do Curral Del Rey.

É importante ressaltar, contudo, que a “modernização mineira” proposta pelos liberais locais guardava a particularidade de não romper por completo com a tradição colonial – portanto, tampouco rompia com os valores políticos e ideológicos que sustentavam a dinâmica da sociedade de base escravista. Assim, na concepção das elites políticas e econômicas do estado de então era perfeitamente plausível aliar, nas práticas e interesses de natureza política e econômica, traços de “modernização” considerados úteis ao desenvolvimento econômico, a elementos de tradição colonial escravista que se apresentassem conciliáveis com tais interesses. Desta perspectiva não haveria contradição entre a destruição do antigo Curral Del Rey para a construção de uma capital moderna e a manutenção de Ouro Preto, posteriormente transformada em referência de memória pelos movimentos modernistas brasileiros, dos quais participaram ativamente muitos intelectuais mineiros (Pereira, 2019a: 22).



Apagamentos e invisibilizações do Curral Del Rey: Maria, Caboclo João Evangelista e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

Esse processo de expulsão associado ao apagamento da presença dessas populações que antecede no tempo e espaço a cidade de Belo Horizonte, possui como representante alguns fatos históricos e em alguns casos até processos históricos mitificados, como nos informa a lenda por trás de Maria, habitante do Curral Del Rey e que tinha sua residência (uma “cafua”) localizada no território hoje ocupado pelo Palácio da Liberdade, antiga sede do governo. Maria Papuda, como ficou vulgarmente conhecida por possivelmente ser portadora da doença do Bócio que ocasiona o crescimento anormal da glândula tireoide, foi desapropriada de sua “cafua” e em um processo de negação da sua presença africana e agência foi transformada em uma lenda urbana, que no imaginário popular representa uma figura fantasmagórica, ou seja, uma representação não humana que deseja se vingar daqueles que não somente demoliram sua “cafua” mas ocuparam o território que anteriormente a pertencia. No processo de negação dos fatos históricos se permite tudo, até a transformação de figuras históricas em lendas e mitos, em um processo de negação de seu protagonismo e na produção de silenciamentos e apagamentos que beiram a desumanização e dessubjetivação desses sujeitos e por consequência de sua africanidade.

Fotografia 03 - Rancho Velho da papuda. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe.



Cafua de Maria, vulgarmente conhecida por Maria Papuda. Na cidade de Belo Horizonte, localiza-se onde hoje se encontra o Palácio da Liberdade, antigo local de residência dos governadores de Minas Gerais, nas proximidades da Praça da Liberdade. Fonte: Barreto (1996: 228).



A Fotografia 03, encontra-se presente no livro *Belo Horizonte: Memória histórica descritiva*, que reúne textos descritivos de Abílio Barreto e presente no Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto. O título original da fotografia é “Rancho Velho da papuda”. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe”. Abílio Barreto ao definir a fotografia de Maria a partir de uma legenda que diz que sua cafua “existiu” no passado, sentencia a história de Maria e de tantos outros curralenses a um passado a ser superado pela cidade do progresso, Belo Horizonte.

Em seu artigo *A eloquência dos silêncios: memória das experiências negras na história*, publicado em 2021 no jornal Estado de Minas, a doutora em história Josemeire Alves Pereira discute sobre o processo sistemático de apagamento da narrativa do Curral D’El Rey enquanto um assentamento negro. Para Josemeire Pereira (2021), para além de uma representação fantasmagórica, Maria e sua “cafua”, “podem ser acolhidos como testemunhas de um modo de vida que guardava muito de práticas, conhecimentos e tecnologias produzidos por africanas e africanos em contexto de diáspora forçada pela experiência escravista” (Ibidem: s/p), além de “um modo de vida que ainda precisa ser melhor conhecido e que era provavelmente predominante do Curral D’El-Rey e nas diferentes regiões de Minas Gerais, quando do advento da abolição do regime escravista, em 1888, da criação de Belo Horizonte, em 1897” (Ibidem). E Priscila Musa (2022: 120), reforça a importância de:

Retirar da ponta dos olhos a mortalha que aponta Maria como o fantasma da papuda, acusada pejorativamente de feitiçeira, que em retaliação pela remoção forçada amaldiçoara Belo Horizonte, vagava pela Palácio da Liberdade, e teria assistido a morte de 4 governadores, 2 deles no próprio palácio. Retirar da ponta dos olhos a ideia de que esta fotografia é a memória de um passado decadente a ser superado pela cidade do progresso

Para Priscila Musa, a fotografia de Maria representa o inverso do processo de demolição do Curral Del Rey e de construção de Belo Horizonte, um apagamento sistemático e irremediável dos diversos modos de vida, práticas sociais e tecnologias que ali estavam presentes. A fotografia de Maria representa para além de uma paisagem prestes a ser violentamente modificada e apagada, expressa também “toda uma trama do vivido” (Ibidem: 120) e experimentado pelas diversas Marias presentes no então Curral D’El Rey. E quantas são elas? Quem são elas?

Nesse sentido, ao lançar luz a fotografia de Maria, a partir de um resgate imagético de sua trajetória é possível entender a história do Curral Del Rey para além de uma experiência



superada, que reside em um passado distante. A fotografia de Maria e de tantos outros curralenses são testemunhas de um modo de vida, de técnicas construtivas e outras experiências desenvolvidas no território.

Para Priscila Musa (2022: 120), a fotografia de Maria expressa muitas possibilidades e especulações, como por exemplo, a “arquitetura chamada de rústica ou inacabada, era feita para se renovar com os ciclos de vida. De uma geração para outra, o que se transmitia não era a propriedade, mas o conhecimento de como fazê-la”, ou ainda, a presença na cercania próxima à “cafua” de Maria na qual “havia ainda outros casebres e perto deles a Capela de Santana, construída pelo velho caboclo João Evangelista” (Ibidem).

Segundo relatos de Abílio Barreto (1996: 244), o Curral Del Rey possuía três templos religiosos antigos que “alimentavam-lhe a fé: a Matriz da Boa Viagem e as capelas de Nossa Senhora do Rosário e Santana”. Segundo Abílio Barreto, a Capela de Santana apesar de “pequeno templo rústico e inacabado tem uma história muito interessante, toda entretecida de lendas e milagres” (Ibidem: 258), o que fez com que o autor escrevesse uma narrativa específica sobre suas percepções em relação à Capela de Santana.

Fotografia 04 – Capela de Santana



Extinta Capelinha de Santana, que existiu na Rua de Santana, no local que hoje fica atrás das Secretarias do Interior e de Viação e Obras Públicas. Foi demolida em 1894.

Fonte: Barreto (1996:261).



Os relatos de Barreto (1996) informam sobre a localização da Capela de Santana, que se localizava à Rua de Sergipe, nas proximidades de onde também se encontrava a “cafua” de Maria.

Deixando-se o Largo do Rosário e seguindo-se pela Rua da Boa Vista, que de norte para sul se dirigia rumo ao local em que fica hoje a Secretaria da Agricultura, chegava-se à Capelinha de Santana, erguida um pouco além e abaixo daquela secretaria, na rua que tinha o nome da mesma santa, rua essa que se alongava na direção da atual Rua de Sergipe, até o local onde está hoje a Avenida Cristóvão Colombo, nascendo e terminando na mencionada Rua da Boa Vista (Ibidem: 257-258).

Segundo Abílio Barreto, no Álbum Católico do Sr. Edwar Nazário Teixeira, encontrou testemunhos de moradores do Curral Del Rey sobre o responsável pela construção da Capela de Santana, o caboclo João Evangelista e notícias dos milagres da santa. Segundo relatos:

Foi seu construtor um velho caboclo de nome João Evangelista, sendo que os recursos para a sua feitura eram fornecidos pelos próprios milagres da padroeira que, ao simples contato ou à simples vista da sua imagem, curava os enfermos e aliviava os mais rebeldes padecimentos. Das esmolas que lhe davam os beneficiados pela santa, destinava ao caboclo a melhor parte às obras da capelinha, tirando, como era natural, pois era velho e doente, das sobras, o necessário para sua subsistência. A fama dos milagres tão altos, operados pela imagem da Senhora Santana, de que se dizia humilde servidor o velho caboclo, cresceu tanto que não tardou a atrair para o seu feliz possuidor o despeito e a inveja de alguns curraleiros mesquinhos, que o denunciariam ao padre Bernardino José de Aquino, virtuoso vigário da freguesia, como um embusteiro, que vivia de explorar como a santa, de que se dizia devoto, sustentando a sua malandrice com os óbulos destinados à capelinha (Ibidem: 259).

O caboclo comovido com o que considerava uma acusação injusta pediu ao vigário que reconhecesse sua inocência. Segundo relatos João Evangelista rogou que Senhora Santana intercedesse em sua defesa:

Era uma calúnia que lhe levantavam os seus acusadores e, para prova de como era verdade o que afirmava, pediu à Senhora Santana que fizesse brotar os esteios da capela que em sua honra erijira. E a sua súplica foi atendida: aqueles esteios, que eram feitos de aroeira, cobriram-se de verdes e viçosas folhas, que o povo, na sua fé simples, mas robustecida ainda pelo milagre daquele estranha ressurreição vegetal, apressou em colher, uns para delas se utilizarem como lenitivos nas suas dores e doenças, guardando-as outros como preciosa relíquia (Ibidem: 259-260).

Nem os maiores relatos de tão alta fé ou milagres ofertados por Nossa Senhora de Santana foram suficientes para que seus algozes, os mesmos de Maria e tantos outros *curralenses*, retrocedessem no processo de desapropriação do Curral Del Rey. A capelinha de



Santana, “ameaçando ruína, foi demolida em 1894 pela Comissão Construtora da Nova Capital, logo no início de seus trabalhos” Barreto (1996: 262).

Os relatos sobre a Capela de Santana e o caboclo João Evangelista, presente nos relatos de Abílio Barreto, suscitaram uma reflexão sobre as possíveis origens de João Evangelista, o que possibilitou a associação de João Evangelista à entidade Caboclo, cultuada por participantes do candomblé, especialmente o que possui matriz Banto, organizada a partir das experiências e conhecimentos trazidos dos povos em contexto de diáspora falantes de quicongo e quimbundo, localizados no que hoje entendemos enquanto Angola e também, por *experienciantes* da Umbanda. Segundo Muniz Sodré (2019: 58):

o índio é, para o terreiro (como para os negros nos Estados Unidos), o dono original da terra brasileira e, através daquela inscrição simbólica, é reverenciado do mesmo modo que os antepassados ilustres da comunidade negra, os Eguns. O próprio culto do caboclo, apesar de toda a sua simbologia indígena, é uma reelaboração nacional do culto negro aos ancestrais.

Sabe-se que para os povos africanos não se trata “disso ou daquilo”, em um processo de necessário de oposição, no qual se é permitido ser algo ou alguém por vez; trate-se “disso e daquilo”, conjunções aditivas de um processo no qual algo, uma experiência ou alguém pode ser múltiplo e apresentar mais de uma face. Talvez Abílio Barreto, ao se referir a João Evangelista enquanto um caboclo, fazia alusão a um sujeito que nasceu a partir de um processo de miscigenação, sendo filho de pais de etnias diferentes, sendo um dos pais indígena e outro branco; ou quiçá, trata-se mesmo da entidade caboclo, um guia espiritual associado às matas e que trabalha em prol do desenvolvimento espiritual, o que vai ao encontro à vocação e crença de João Evangelista no cuidado e trato de Senhora Santana.

Em um dado momento de sua tese, Priscila Musa (2022), ao se referir sobre o entorno percebido a partir da fotografia de Maria, pontua acertadamente o processo de sincretismo religioso compulsório sofrido por Nanã, a grande mãe ancestral e um Orixá cultuado nos candomblés de nação Ketu, oriundos dos povos africanos Iorubás. Nanã é um Orixá associado ao elemento terra e que possui os domínios sobre a vida e a morte.

Uma das narrativas utilizadas por “não mundancistas”, aqueles contrários a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, era justamente uma possível epidemia de Bócio vivenciada pelo Curral Del Rey, conforme relatado por Musa (Ibidem: 120).



Retirar da ponta dos olhos a visibilidade hostil que a imprensa de Ouro Preto criou contra a mudança da capital ao apelidar o Curral Del Rei de Papudópolis, acusando-o de sediar uma endemia de Bócio. Retirar da ponta dos olhos o depoimento segregacionista feito pelo Dr. José Pedro Drummond que em defesa da localidade como futura capital relatou ao congresso ter encontrado apenas 4 indivíduos com bócio, sendo 2 deles mulheres e estas lhe pediram esmola (Barreto, 1996)

Não se sabe ao certo quando o caboclo João Evangelista fundou a Capela de Santana, tampouco se havia alguma relação com uma possível endemia de Bócio ou se a suposta endemia não se tratava apenas de uma narrativa preconceituosa contrária à população do Curral Del Rey e que ajudou a fundamentar o processo de transferência da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para o território até então ocupado pelo Curral Del Rey. Tampouco sabe-se se a construção da Capela de Santana possuía de fato alguma associação com a necessidade de um local onde a população negra do Curral Del Rey pudesse encontrar cura, seja do ponto de vista biológico ou espiritual. As narrativas que dizem sobre o Caboclo João Evangelista e Nanã, entidades cultuadas a partir de uma matriz africana ou afro-brasileira, ou a associação de Maria à feitiçaria e a aspectos fantasmagóricos, pode nos levar à especulação de que “Maria foi provavelmente uma das raizeiras e curandeiras do arraial, ao passo que a imagem de Santana na Capela podia curar os enfermos que lhe dirigiam o olhar”, segundo Musa (2021: 120).

Em uma fotografia presente no Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital, de autoria de Raimundo Alves Pinto, possivelmente tirada entre os anos de 1894 e 1896, é possível observar um sujeito negro ao fundo da Capela de Santana, tal como uma sentinela, com seu chapéu que cobre seu rosto e dificulta sua identificação. Em suas mãos possui um objeto de difícil identificação. Seria esse sujeito, com seu chapéu de boiadeiro, o Caboclo João Evangelista? O título da foto conforme registro no Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital é “Capela de Sat’Anna”, embora pareça mais adequado ser registrada como “Caboclo João Evangelista, a sentinela de Senhora Santana”.



Fotografia 05 – Capela de Sant’Ana



Fundos da Capela de Sant’Ana (ou Santana), na qual é possível observar um sujeito segurando um objeto, muito possivelmente um violão. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCB; Acervo Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC (1894).

Para Musa (2022:120), “esse entorno era negro, nesta localidade, elas e eles assumiam experimentos de liberdade, criaram na adversidade, com os próprios meios, o direito de existir, de morar, de praticar o sagrado”. Musa se questiona em seguida se não se trataria do Curral Del Rey uma experiência quilombola.

Ou seja, para além de um testemunho sobre a violência, a presença registrada na fotografia de Maria em frente a sua “cafua”, nos informa sobre a existência de um território negro pré-existente ao de Belo Horizonte, inclusive com práticas sociais, culturais e tecnológicas salvaguardadas e herdadas por aqueles que descendem dos africanos em diáspora forçada e escravizados. Para além de processos de violência, a imagem nos permite resgatar uma trajetória histórica de Maria que nos informa mais do que o processo de transformação em uma lenda urbana, conforme podemos observar na “cafua” de Maria e outras mais ao fundo, na qual é possível perceber a adoção, por exemplo, de um sistema construtivo similar à taipa de pilão.

Ao pedir “que Belo Horizonte olhe para Maria como quem olha para Santana” (Musa, 2022:120), a autora nos alerta sobre a importância curativa e contra apagamento de olhar para os registros históricos passados, seja observando para além do que tal registro nos informa, como a legenda original da fotografia de Maria que a identifica como “Rancho Velho da Papuda. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas



proximidades da atual Rua Sergipe'' (Musa, 2022:120), ou ainda, a partir de um processo de especulação que seja capaz de abordar a história criativamente. Afinal, a criatividade histórica pode suscitar o ultrapassamento dos limites impostos pelos registros fotográficos, narrativas históricas ou arquivos institucionais organizados a partir de um pretense regime de poder colonial.

Há, ainda, o que podemos denominar de Largo do Rosário, que se encontra soterrado no atual cruzamento das Ruas Timbiras e Bahia, no hipercentro de Belo Horizonte. No fim do século XIX, no então Curral Del Rey, o Largo do Rosário, que ficava à Rua do Rosário, estava abrigada a Capela de Nossa Senhora do Rosário e o Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; posteriormente demolidos e trasladados para outro local para que a abertura das atuais Ruas da Bahia, Aimorés, Espírito Santo e Avenida Álvares Cabral fosse possível. Em substituição à antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário, uma nova capela de mesmo nome foi construída, em 1897, no cruzamento entre as atuais Avenida Amazonas, Rua Tamoios e Rua São Paulo, sem que houvesse menção direta à Irmandade dos Homens Pretos ou práticas culturais e religiosas desenvolvidas por seus membros. As Irmandades Negras são outras organizações organizados por sujeitos negros em diáspora e que estavam presentes no Curral Del Rey.

Os relatos descritivos de Abílio Barreto em relação à Capela de Nossa Senhora do Rosário são breves e oferecem poucos indícios. Em relação a Capela de Nossa Senhora do Rosário, Abílio Barreto informa que a capela localiza-se em largo de mesmo nome, embora não apresentasse beleza ou arte: "Seguindo-se pela Rua General Deodoro e subindo-se pela do Rosário, chegava-se ao largo que tinha igual nome, em cujo centro se erguia a Capela de Nossa Senhora do Rosário, sem beleza, sem arte, mas admiravelmente bem colocada, em um alto, de onde se descortinava belo panorama do arraial" (Barreto, 1996: 257).

A partir do trabalho desenvolvido pelo Padre Mauro Luiz da Silva junto ao Muquifu - Museu dos Quilombos e Favelas Urbanas e o grupo NegriCidade, no ano de 2021 houve o protocolamento junto ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - CDPCM-BH da solicitação do registro do Largo do Rosário enquanto Bem Imaterial do município de Belo Horizonte, que teve seu registro provisório promulgado no dia 30 de março de 2022.

Segundo o Relatório Técnico Relativo à Solicitação de Abertura de Processo de Registro Imaterial para o Território Denominado Largo do Rosário (Confluência das Ruas da Bahia e



Timbiras), elaborado pela Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público - DPCA a partir do pedido protocolado por Mauro Luiz da Silva, Padre Mauro, em 20 de maio de 2021, o pedido do registro imaterial se justifica porque:

Neste espaço, no final do século XIX, localizava-se a Rua do Rosário, o Largo do Rosário e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, que tinha em seu adro o Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, edificações estas que foram demolidas durante o período de construção da Cidade de Minas (atual Belo Horizonte). O requerente argumenta que o local supracitado é um espaço de referência histórica, cultural e simbólica da presença negra e suas manifestações no antigo Curral Del Rey e Nova Capital de Minas Gerais (Belo Horizonte, 2021).

Segundo o Relatório Técnico, a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos foi fundada possivelmente no século XVIII, ou seja, em período similar ou próximo o da fundação da então Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei, que

em 1750 tornou-se Distrito de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei, foi elevado à Freguesia, subordinada, agora à Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, na Comarca do Rio das Velhas. Em 1893 foi elevado à condição de município e capital de Minas Gerais com a denominação Cidade de Minas (Ibidem).

A Capela foi inaugurada em 1819 e abrigava a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e contava com um Cemitério dos Pretos do Curral Del Rey, que contava “com 60 sepulturas e foi constituído em 1811” (Ibidem), local no qual se realizava o sepultamento de membros da Irmandade. O Relatório Técnico informa que “um primeiro registro sobre sua existência foi encontrado no início do século XIX, mais precisamente em 1807, em carta enviada a Dom João VI, na qual os irmãos solicitam autorização para a construção de uma capela própria e a instalação de cemitério para os benfeitores da irmandade em seu adro” (Belo Horizonte, 2021) e completa que “se irmandade estava estruturada para fazer tal pedido nesta data, provavelmente já havia se passado um período de tempo relativamente grande para obter um bom nível de organização e estruturação após sua fundação” (Ibidem). O pedido foi atendido por Dom João VI “desde que a Irmandade arcasse com os custos” (Ibidem). Ou seja, já naquela época existia no Curral Del Rey uma instituição negra politicamente organizada.

Outro processo de violência explícito com a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos se deu a partir do processo de demolição da Capela, que não previu o traslado dos corpos ali sepultados, que “era destinado a uma categoria social específica e quase anônima, considerada inferior numa sociedade marcada pela rigidez hierárquica” (Belo Horizonte, 2021).



No que diz respeito aos corpos sepultados no Cemitério da Irmandade dos Homens Pretos, pesquisas apontam para o seu abandono, sem que tenha sido identificada documentação específica relativa ao traslado dos corpos ali sepultados durante o período em que o cemitério esteve ativo, qual seja, desde a autorização, em 30 de agosto de 1811, até à proibição para os sepultamentos, em 1895 (Ibidem).

Fotografia 06 – Antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário



A antiga Capela do Rosário dos Homens Pretos foi demolida em 1987 para a abertura das Ruas Guajajaras, Bahia e Avenida Álvares Cabral. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto (1897)

Esses são alguns dos exemplos que informam e localizam o contexto de exclusão, apagamento e silenciamento que a população africana em contexto de diáspora foi confrontada para que a cidade de Belo Horizonte fosse mais que um decreto publicado. É também, a partir desse mesmo quadro de violências e apagamentos possibilitados a partir de registros institucionais, sejam eles fotográficos, narrativas históricas, arquivos e documentos, que é possível propor um processo de especulação a partir desses arquivos institucionais mesmo, como propôs Saidiya Hartman em seu ensaio *Vênus em Dois Atos*. A princípio, esses arquivos, sobretudo tudo quando registram experiências de sujeitos historicamente violentados, como os sujeitos negros, costumam representar essas trajetória quase sempre a partir de um encontro com o poder: seja na fotografia de Maria que registra a memória em relação ao seu pertencimento ao território como algo que “existiu” em um passado a ser superado; ou seja



pela especulação a partir de quem seria de fato João Evangelista, um caboclo cultuado pelo *experienciantes* da Umbanda ou Candomblé ou apenas um sujeito miscigenado? Ou ainda, pela experiência da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, uma instituição negra organizada e consolidada no território do Curral Del Rey.

Considerações

A Fabulação Crítica enquanto um exercício e gesto de olhar os arquivos oficiais demonstra a possibilidade de olharmos para esses arquivos mesmo para além de uma documentação do encontro com o poder e violência, mas a partir de um olhar que deseja extrapolar os limites impostos pela violência dos arquivos a partir de um exercício de criatividade histórica, costurando uma outra teia histórica e narrativa possível, com fatos e experiências até então desconsideradas ou invisibilizadas, embora o horizonte da Fabulação Crítica não seja preencher lacunas históricas ou substituir uma história oficial por um outro desejo de história oficial (e quiçá mais real), mas possibilitar uma reflexão sobre o que a primeira vista parece indisponível e propor o que poderia ser extraído ou imaginado para além da imagem representada, como nas fotografias presentes em acervos e arquivos oficiais e aqui replicadas para narrar parcialmente a trajetória de Maria, do Caboclo João Evangelista e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

A Fabulação Crítica enquanto um exercício de reflexão a partir dos arquivos pode possibilitar a retirada da venda da cegueira que paira sobre outras narrativas presentes nas cidades, sobretudo, àquelas que contam sobre a trajetórias de outras subjetividades e identidades, sejam elas sobre pessoas negras, quilombolas, LGBTQIA+, indígenas, ciganas etc. É um esforço de recuperação de uma imagem positiva sobre as experiências dessas subjetividades na cidade de Belo Horizonte (e no Curral Del Rey) e que contam sobre um lugar de agência e contribuição na sua formação histórica, seja na perspectiva de uma experimentação do território ou um processo de resistência.

Os registros fotográficos utilizados no presente artigo e disponíveis em instituições responsáveis pela salvaguarda de uma pretensa verdade histórica, como o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, o acervo da Comissão Construtora da Nova Capital - CCNC, o acervo do Museu Histórico Abílio Barreto e os próprios relatos e narrativas de Abílio Barreto fornecem um repertório de possibilidades de interpretação e especulação, desde que as



informações sejam percebidas para além do que elas pretendem à primeira vista representar. Se tomarmos como exemplo a fotografia de Maria (Fotografia), na qual a legenda representa sua trajetória como algo que “existiu” no passado e analisarmos com profundidade é possível perceber para além de uma experiência. É possível notar a presença da tecnologia construtiva utilizada na construção de sua cafua, tecnologia similar à taipa de pilão ou adobe, método construtivo esse que parecia ser o principal utilizado por moradores negros do Arraial do Curral Del Rey e que foi trazido para o território brasileiro por sujeitos em diáspora.

Perguntar-se o que há para além da imagem estática, de um registro parado no tempo, pode ser uma boa maneira de começar. O que há nessas imagens para além do representado? O que antecede a pose programada e o olhar de confronto para a câmera do fotógrafo? E o que a sucede? Essa última, talvez seja a pergunta mais importante.

Referências bibliográficas

BARRETO, Abílio. 1996. “Belo Horizonte: Memória histórica descritiva”. 2ª Ed. *Revista. Belo Horizonte*. Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos Históricos e Culturais).

BELO HORIZONTE. 2021. Prefeitura Municipal. Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público. Fundação Municipal de Cultura. *Relatório técnico relativo à solicitação de abertura de processo de registro imaterial para o território denominado Largo do Rosário (Confluência das ruas da Bahia e Timbiras)*. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-de-cultura/2021/relatorio_tecnico_dpca_largo_do_rosario_ret.pdf. (acessado em 7 de setembro de 2023).

DIAS, F. M. [BARRETO, ABÍLIO]. 1897. *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*. Bello Horizonte: Typ. do Bello Horizonte.

HARTMAN, Saidiya. 2020. “Vênus em dois atos (Venus in Two Acts)”. **Dossiê Crise, Feminismo e Comunicação**. v. 23, n. 3, 33 p. Tradução: Fernanda Silva e Sousa e Marcelo R. S. Ribeiro.

IGLÉSIAS, Francisco; RIBEIRO, Juscelino Luiz; ASSIS, Luiz Fernandes de; CARVALHO NETO, Menelick de. 1990. “A Constituinte Mineira de 1891”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. 2023. *História - Belo Horizonte (MG)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1832/> (acessado em 06 de Abril de 2023).



MINAS GERAIS. *Constituição, de 15 de junho de 1891*. Belo Horizonte: Congresso Constituinte do Estado, 1891. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/CON/1891/1891/> (acessado em 8 de setembro de 2023).

MUSA, Priscila Mesquita. 2022. *Quem vê cara não vê ancestralidade: arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais.

PEREIRA, Josemeire Alves. 2019a. *Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas.

PEREIRA, Josemeire Alves. 2019b. “Pós-emancipação, racismo estrutural, e produção de esquecimento acerca da população de africanas/os e descendentes em narrativas de memórias das cidades: o caso de Belo Horizonte”. *9º Encontro: escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Florianópolis.

PEREIRA, Josemeire. Alves. 2021. *A eloquência dos silêncios: memória das experiências negras na história*. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2021/11/19/interna_pensar,1323917/a-eloquencia-dos-silencios-memoria-das-experiencias-negras-na-historia.shtml?fbclid=IwAR3GilqhBz9p-S6oPGQpwRWjV33kKw9E1QKY4blZesk01565MFJi3AqXlok (acessado em 05 de abril de 2023).

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. 2022. *Largo do Rosário recebe registro provisório de patrimônio cultural imaterial*. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/largo-do-rosario-recebe-registro-provisorio-de-patrimonio-cultural-imateria> (acessado em 31 de março de 2022).

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. 2021. Mauro Luiz da Silva. *Solicitação de Registro do Largo do Rosário*. Disponível em https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-de-cultura/2021/relatorio_tecnico_dpca_largo_do_rosario_ret.pdf (acessado em 11 de outubro de 2022).

SODRÉ, Muniz. 2019. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X.

TEIXEIRA, Edvar Nazário. 1923. *Álbum católico do Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil.

VEIGA, Cynthia G. 1994. *Cidadania e Educação na Trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas.